SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CNPJ: 17.315.067/0001-18 | NIRE: 42300038695 | Data Nire: 18/12/2012

Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1. Conjuntura

O Porto de Imbituba está estruturado com 7 terminais para armazenagem e movimentação de diferentes cargas, além de contar com espaços disponíveis para novos investimentos em uma área portuária terrestre de 892,4 mil m² e aquática de 5,6 milhões de m². Além disso, o porto conta com uma capacidade estática de aproximadamente 424.250 toneladas, sendo 172 mil t voltadas a granéis sólidos minerais, 205 mil t para granéis agrícolas, 16 mil t para granéis líquidos e 32 mil t para cargas diversas, pátio de contêineres com 180.300 m2 e suporte estático para até 7.231 TEUs, bem como a existênciade 15 balanças de pesagem, entre públicas e privadas. Ainda, há uma capacidade estática instalada fora da poligonal do porto estimada em 1,35 milhão de toneladas de capacidade estática para granéis minerais e agrícolas. Sua imensa retroárea possui terrenos com alto potencial para armazéns, indústrias e centros logísticos, estando situado nas proximidades da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), atualmente em fase de estruturação pelo Estado de Santa Catarina. O Porto de Imbituba possui diversos diferenciais competitivos destacando-se pela movimentação multipropósito, operação 24 horas, conexão com a BR-101 a 6 km, Ferrovia que liga o Porto ao Sul de Santa Catarina, ampla profundidade de 15 metros, podendo receber navios de até 13,5 metros de calado e mar aberto que facilita o acesso, consolidando a expansão do mercado de grãos agrícolas. O Complexo Portuário vive atualmente um momento de desenvolvimento, estimando ultrapassar a marca de 10,2 milhões de toneladas movimentadas em 2028. O ano de 2023 o representou a consolidação deste crescimento, com mais um recorde anual de movimentação portuária, registrando a marca de 7,7 milhões de toneladas movimentadas entre janeiro e dezembro no porto público de Imbituba. Em relação ao número de atracações, foram atendidos 289 navios ao longo do ano, com movimentação predominantemente impulsionada pela operação de granéis sólidos, representando 83% do volume total, contemplando na lista de seus maiores produtos movimentados o coque de petróleo, os farelos agrícolas, os contêineres, o sal e o milho, seguido das operações de soja, fertilizantes, toras de madeira, hulha betuminosa, trigo, dentre outros produtos.

No balanço do ano, o Porto apresentou uma média mensal de recebimento de 24 navios e operação de mais de 640 mil toneladas, com destaque para o mês de abril, que se consolidou com o maior resultado mensal da história do Porto, registrando 767,8 mil toneladas movimentadas.Entre embarques e desembarques, as exportações lideraram o fluxo de trabalho do Porto, com 52,9% da movimentação total e crescimento de 48,7% se comparado a 2022. Os principais destinos das cargas foram os países asiáticos (China, Irã e Vietnã), além de Portugal e Estados Unidos. No sentido inverso, as importações garantiram a fatia de 35,8% das operações portuárias, mesmo apresentando retração de 19,9% em relação ao volume importado em 2022. As origens mais frequentes dos produtos ficaram por conta dos Estados Unidos, Chile, China, Argentina e Colômbia.Segundo dados do Governo Federal, as operações de comércio exterior em Imbituba movimentaram mais de 2 bilhões de dólares entre janeiro e dezembro de 2023. Já a movimentação de cabotagem representou 11,3% da movimentação do Porto. A expectativa da Autoridade Portuária em seu planejamento estratégico é de alcançar a marca de 7,9 milhões de toneladas movimentadas no ano de 2024. Os resultados operacionais vêm acompanhados da perspectiva de injeção de investimentos públicos e privados, sendo estimado o montante de, aproximadamente, 620 milhões de reais a serem investidos no Porto de Imbituba durante os próximos 5 (cinco) anos, com destaque para as obras de recuperação e reforço estrutural do Cais 3, cuja obra já iniciada propõe a aplicação de recursos na ordem de 95 milhões de reais, a recuperação e reforço dos molhes de abrigo, com cerca de 120 milhões de reais a serem investidos, a alocação de infraestrutura operacional no costado do Cais 2 na ordem de 45 milhões de reais e a injeção de recursos privados por meio de arrendamentos portuários, com expectativa de investimentos em torno de 210 milhões de reais na alocação de investimentos para instalações de shiploader, esteiras, silos e armazéns junto às áreas arrendadas.

2. Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária

A estrutura do Porto público de Imbituba vem passando por grandes transformações, o objetivo primordial da Administração do Porto é dar condições para ampliar sua eficiência operacional e manter seus patamares de crescimento ao longo dos próximos anos, de modo a manter-se como um local estratégico para operações portuárias. Nesse sentido, está em execução a maior obra já realizada com recursos da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que é a recuperação e reforço estrutural do Cais 3, obra estimada em 95 milhões de reais e com expectativa de conclusão para o início de 2026. Tal obra trará condições operacionais para recepção de navios com maiores dimensões, uma vez que ampliará sua linha de acostagem dos atuais 199 metros para 271 metros, bem como trará condições estruturais para realização de dragagem de aprofundamento para a recepção de navios com calado de até 13,5 metros. Já ao longo dos berços 1 e 2, a Autoridade Portuária deu início à ampliação das linhas de acostagem com a alocação de um dolfim de amarração na extremidade do berço 2 e a realização de derrocagem para retirada de rochas submersas no início do berço 1. Com tais ações, a Autoridade Portuária irá expandir sua capacidade entre o cais 1 e 2 dos atuais 660 metros para 710 metros, permitindo a alocação de até 3 (três) navios simultâneos com maior frequência, ampliando a capacidade operacional do Porto de Imbituba. A Autoridade Portuária vem promovendo a adaptação de seu parque tecnológico, com destaque para a conclusão da obra de um novo datacenter de última geração, o aprimoramento das condições de segurança e monitoramento e a abertura de um novo gate na Portaria 2, ampliando a capacidade de recepção de veículos junto ao Porto. No contexto geral, foi dada continuidade às obras de manutenção das vias de circulação, manutenção das estruturas de acostagem, dragagem contínua e a implantação de um sistema de energia fotovoltaica, alinhada com as práticas ambientais, dentre outras ações para manter a excelência da infraestrutura portuária disponibilizada aos usuários do Porto. Uma das ações de grande relevância para o Porto foi a inclusão da obra de reforço estrutural do molhe de abrigo no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, o que permitirá que o Porto receba o aporte de recursos públicos federais na ordem de 120 milhões de reais para a execução da respectiva obra.

3. Aspectos Ambientais

A SCPAR Porto de Imbituba deu continuidade ao atendimento das condicionantes da Licença Ambiental de Operação mediante a promoção de ações de monitoramento da qualidade ambiental, o uso consciente dos recursos naturais e a informação e educação ambiental da comunidade portuária.

As ações contam com 18 programas ambientais, a partir de um profundo estudo que consolida o Plano de Controle Ambiental (PCA) do Porto de Imbituba, adotando práticas como: monitoramentos das águas superficiais, subterrâneas e oceânicas; controle das águas de lastro; monitoramento das condições hidrodinâmicas; monitoramento dos sedimentos; monitoramento da dragagem de manutenção; monitoramento dos ruídos subaquáticos e atmosféricos; monitoramento da qualidade do ar; inspeção veicular, gerenciamento de resíduos sólidos; monitoramento da biota aquática; monitoramento da pesca artesanal; prevenção da fauna sinantrópica; educação ambiental; comunicação social e monitoramento das baleias-francas. Em 2023, a Autoridade Portuária realizou o processo para contratação de serviços dedicados à criação do plano de área, sendo destinado a avaliar os riscos nas hipóteses acidentais de sua área de abrangência e cujo objetivo é combater de forma conjunta com as demais instituições os incidentes de poluição por óleo na área abrangida pelo Porto de Imbituba e também pelo Porto de Laguna. Também neste ano de 2023, entre os dias 15 e 18 de setembro, durante o pico da temporada de baleias-francas no litoral brasileiro foi realizada a Expedição Baleia-Franca. A jornada de observação foi uma parceria da SCPAR Porto de Imbituba com o ProFRANCA e sobrevoou 1.200 km de costa entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

A empreitada observou 225 baleias-francas, principalmente em Santa Catarina, área conhecida por abrigar o berçário da espécie. O apoio logístico por terra percorreu cerca de 3.000 km, acompanhando a equipe aérea e dando o suporte necessário. O número de baleias avistadas foi considerado acima da média para o período. A maior concentração dos animais foi entre Imbituba e Laguna, ressaltando a importância de iniciativas como esta para acompanhar a distribuição e presença da espécie na região de influência do Porto de Imbituba e dar continuidade às operações portuárias de forma sustentável.

Em 2023, a SCPAR Porto de Imbituba recebeu o 24º Prêmio Fritz Muller do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), com o projeto socioambiental Costa Butiá. O prêmio, que é o principal do estado, reconheceu a iniciativa de 12 empresas e organizações que desenvolvem projetos e iniciativas que vão além da legislação ambiental e que resultam em benefícios para o desenvolvimento sustentável. O projeto Costa Butiá é desenvolvido desde 2018 e tem o objetivo de recuperar a forma tradicional de fazer o artesanato com a palha de butiá. O objetivo do projeto é valorizar a cultura local e a espécie ameaçada e endêmica da região, mediante práticas conservacionistas e uso sustentável do butiazeiro. O Porto de Imbituba manteve o atendimento dos itens constante no Índice de Desempenho Ambiental (IDA), ranking este coordenado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em que mede as performances ambiental dos portos brasileiros, sendo que Imbituba se mantém na oitava posição nacional, com o índice de 93,79 de um total de 100, demonstrando, assim, seu compromisso e responsabilidade ambiental, diretriz que norteia suas atividades.

4. Aspectos Operacionais

O ano de 2023 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com nova movimentação recorde histórica de 7.697 (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil) toneladas movimentadas, representando um crescimento de, aproximadamente, 8% em relação ao ano de 2022.A tabela, abaixo, detalha a movimentação portuária composta pelos principais grupos de cargas nos últimos 5 (cinco) anos:

Carga (Ton)	2019	2020	2021	2022	2023	Variação
Granéis Agrícolas	1.900	1.654	1.290	1.220	2.862	135%
Granéis Minerais	2.107	2.621	3.516	3.673	3.293	(10%)
Fertilizantes	589	582	821	747	258	(65%)
Granéis Líquidos	51	10	21	26	45	73%
Carga Geral	275	242	401	568	311	(45%)
Contêiner	838	759	826	888	928	5%
TOTAL Toneladas	**5.761**	**5.868**	**6.875**	**7.122**	**7.697**	**8%**
Atracações realizadas	240	228	285	280	289	3 %
Média por Navio (Ton x Mil)	24	26	24	25	26	2%

5. Relação Porto Cidade

Na relação porto-cidade, o maior convênio de obra pública já assinado pelo Governo do Estado de Santa Catarina com o município de Imbituba conta com o aporte de cerca de R$17 milhões em recursos gerados pelo Porto de Imbituba. A revitalização e recuperação do Acesso Sul da cidade já está em andamento e deve ser concluída ainda em 2024. A Autoridade Portuária deu continuidade aos programas de controle ambiental e, como novidade, ampliou o Programa de Monitoramento das Baleias-francas, cuja equipe de observação passou a operar todos os dias da semana. Em setembro, a SCPAR também realizou, em parceria com o Projeto Franca Austral, do Instituto Australis, a Expedição Baleia-Franca. A iniciativa promoveu um sobrevoo estendido sobre o litoral Sul do Brasil, onde foram avistadas 225 baleias-francas. Entre certificações e prêmios, foram recebidas nove honrarias nas áreas de gestão, governança, planejamento estratégico e sustentabilidade (projeto Costa Butiá e programa de visitas Porto de Portas Abertas). Ao longo do ano, a Autoridade Portuária contribuiu com 22 projetos esportivos, educativos, sociais e culturais, através dos programas de incentivo fiscal PROCULT e PROESPORTE. Em parceria com a comunidade, realizou mais uma edição de sucesso do Arraiá do Porto, com recorde de público e arrecadação de cerca de R$40 mil para causas sociais locais. Dentro do programa Porto de Portas abertas, recebeu 40 grupos, totalizando 1.131 visitantes, entre escolas do ensino fundamental e médio, universidades, grupos diversos e a comunidade em geral, proporcionando à sociedade conhecer o Porto e vivenciar de perto as atividades realizadas. A administração do Porto também participou da atualização do Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba e de Laguna, que deve ser concluído em 2024 pelo Governo Federal e serve de guia para as ações e investimentos necessários ao atendimento da demanda projetada para os próximos anos. Visando a informar sobre as oportunidades de negócio junto à SCPAR, foram realizadas, de forma inédita, quatro edições do Workshop Fornecedores Portuários, junto às associações empresariais de Imbituba, Tubarão, Criciúma e Araranguá. Ao longo do último ano, a Autoridade Portuária, participou com estande na 27ª Feira Intermodal South America e na Logistique - Feira de Logística e Negócios Multimodal. Foi co-organizadora do Imbcomex - Encontro de Negócios Portuários, do 1º Simpósio Catarinense de Direito Marítimo e Portuário e do I Fórum do Setor Portuário Catarinense em 2023.

6. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2023 com um lucro líquido de 37.816.915,26 (trinta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e vinte e seis centavos) e uma Receita Operacional Líquida descontada a Receita de Construção em 76.437.437,62 (Setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando um crescimento de 14% em relação ao ano imediatamente anterior. Constata-se ainda que as Receitas Financeiras tiveram participação relevante nos resultados de 2023, uma vez que totalizaram a quantia de 22,7 milhões de reais. Já a performance EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) apresentou índice de 25% da Receita Líquida da empresa, devido principalmente ao crescimento de suas receitas pelo incremento das atividades de movimentação de cargas e revisão da sua estrutura tarifária. Em decorrência de medida liminar nos autos do processo n. 1025458-21.2020.4.01.3400, não foram recebidos no decorrer de 2023 cerca de 43 milhões de reais relativos à cláusula takeorpay do contrato de arrendamento TECON, entretanto, em que pese a não realização destas quantias, a Administração da Companhia está empenhando esforços para uma solução efetiva ao assunto o mais breve possível, demonstrando juridicamente a improcedência dos argumentos lançados pela arrendatária, bem como outras ações que preservem financeiramente a Administração Portuária. A tabela a seguir exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia ao longo do tempo, demonstrando sua evolução durante o período de 2019 a 2023.

	2019	2020	2021	2022	2023
Lucro do Período	**36.992**	**10.381**	**12.882**	**103.071**	**37.817**
IRPJ e CSLL	19.308	5.720	7.662	2.361	3.525
Resultado Financeiro	(5.027)	(6.315)	(3.564)	(30.997)	(22.722)
Outros Resultados	-	-	(62)	(53.752)	2.955
EBIT	**51.273**	**9.786**	**16.918**	**20.683**	**20.421**
Amortização	1.294	1.413	1.632	1.783	2.067
EBITDA	**52.567**	**11.289**	**18.550**	**22.466**	**22.488**
% Relação a Receita Líquida	61 %	24 %	30 %	32 %	25 %

7. Gestão e Governança

Em relação à gestão e governança, o ano de 2023 foi marcado pela conquista por parte da SCPAR Porto de Imbituba do 2º lugar no 4º Prêmio Portos + Brasil que reconheceu o Porto na categoria Avanço no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), do recebimento da Certificação em Nível de Maturidade da Governança e da Gestão do Governo Federal (Categoria Bronze 3) e do Troféu Destaque Empresarial Associação Comercial de Imbituba - ACIM 2023 (por impulsionar a economia e pelos investimentos em infraestrutura no município). Além disso, dois estudos de caso foram premiados, o trabalho "Planejar, Integrar e Alcançar: O Planejamento Estratégico Integrado - PEIN do Porto de Imbituba como Modelo de Gestão" foi escolhido como melhor estudo de caso apresentado no VI Simpósio de Gestão Portuária no estado do Maranhão e o trabalho "Programa de Gestão de Pessoas" recebeu o 3º lugar do Prêmio Valorização de Práticas de Gestão de Pessoas nos Portos em São Paulo. As honrarias demonstram o esforço da gestão no sentido de prestar um serviço de qualidade, transparente e sério. Visando de forma contínua à melhoria dos processos e uma prestação de serviços mais eficientes por parte do porto para com os seus clientes parceiros e sociedade, em 2023, a Autoridade Portuária estruturou uma diretoria dedicada às competências de Planejamento e Compliance, bem como deu início ao processo de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas normas ABNT NBR ISOs 9001:2015 (qualidade), 14001:2015 (meio ambiente) e 45001:2018 (segurança do trabalho), com a expectativa de obter tais certificações ainda no ano de 2024.

8. Perspectivas

O ano de 2024 chega com grandes desafios para a SCPAR Porto de Imbituba, mas também perspectivas positivas de resultados a serem alcançados ao longo deste novo ciclo.O gerenciamento da obra Cais 3 e dos investimentos paralelos na área de acostagem, como a construção do dolfimdo Cais 2 e a derrocagem do Cais 1 são as principais intervenções previstas no campo da infraestrutura, sem contar o contínuo trabalho de manutenção civil, mecânica e elétrica do Porto de Imbituba. A realização dos procedimentos para licitação da obra de recuperação dos molhes de abrigo deve ser concretizada ao longo deste ano, de modo que sua execução ocorra a partir de 2025. Há ainda a realização de ações visando atrair investimentos de natureza privada, mediante a realização de novos investimentos em áreas arrendadas, seja pela inclusão de novos investimentos privados junto aos arrendamentos existentes, seja pela realização de novos certames licitatórios, com foco no uso eficiente das instalações portuárias. Após a publicação do Plano Mestre do Complexo Portuário, se dará a atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). Com o compromisso de fomentar cada dia mais a relação porto-cidade, a SCPAR Porto de Imbituba dará continuidade às ações de aproximação, informação e diálogo com o público local. Segue com o intenso cuidado de monitoramento e conservação dos aspectos ambientais, visando ao crescimento sustentável do complexo portuário. A Autoridade Portuária acompanha as tratativas para a duplicação do acesso norte de Imbituba, atualização do Plano Diretor da cidade, a implantação da Zona de Processamento de Exportação de Imbituba, a ampliação da malha ferroviária catarinense e a conclusão da BR-285, dentre outras importantes questões para o desenvolvimento regional, além de estudar a incorporação da área da ICC à poligonal do porto organizado. O Porto de Imbituba mantém relações comerciais com mais de 40 países e um portfólio diversificado de cargas atendidas, demonstrando sua flexibilidade operacional e abrindo espaço para novas operações. Isso permite, ano a ano, o crescimento da confiança do mercado, contribuindo para a perspectiva de mais um ciclo de desempenho financeiro positivo, e de resultado operacional recorde no Porto, com movimentação prevista em torno de 7,9 milhões de toneladas em 2024. É nessa perspectiva, responsável e comprometida com a sociedade e a comunidade portuária, que a SCPAR Porto de Imbituba, sociedade de economia mista do Estado de Santa Catarina, continuará trabalhando para viabilizar o bom desempenho do Porto de forma eficiente e sustentável.

Urbano Lopes de Sousa Netto
Diretor Presidente

Renato Dias Marques de Lacerda
Presidente do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no Art. 47 e 55 do Estatuto Social da Companhia, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhado de suas notas explicativas. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta Companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Paula Regina Mael e Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Márcio Cassol Carvalho
Conselheiro Fiscal

Santos Pacheco Alves
Conselheiro Fiscal

Parecer dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos comas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Clientes – Santos Brasil Participações S.A.

Conforme informações constantes nas notas explicativas 5 e 31.4, a Companhia Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do TECON Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R$ 40 milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Nossa opinião não contém ressalvas em virtude deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

CONTINUA ›

forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

c) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Paulo Sérgio da Silva
Contador
CRCPR 29.121/O-0 S-SC

MarlosNanoniReinert
Contador
CRCPR 50.998/O-9 S-SC

Consult Auditores Independentes
CRCPR 2906/O-5

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	186.412	111.422
Contas a Receber	5	4.794	4.013
Tributos a Recuperar	6	-	2.340
Despesas Antecipadas		620	121
Estoques	7	1.545	1.277
Outros Créditos		113	41
Total dos Ativos Circulantes		**193.484**	**119.214**
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		39.527	87.801
Depósitos Judiciais	8	891	45.722
Tributos a Recuperar	9	38.636	42.079
Ativo Intangível	10	42.694	33.124
Total dos Ativos Não Circulantes		**82.221**	**120.925**
TOTAL DOS ATIVOS		**275.705**	**240.139**

PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	11	997	985
Obrigações Tributárias	12	2.037	2.180
Obrigações Trabalhistas	13	4.445	2.957
Dividendos Propostos	14	40.565	31.584
Outras Obrigações	15	135	6.712
Total do Passivo Circulante		**48.179**	**44.418**
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	3.762	793
Total do Passivo Não Circulante		**3.762**	**793**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	97.429	50
Reservas de Lucros		126.335	194.878
Reserva Legal	18	1.901	10
Retenção de Lucros	19	97.489	117.565
Lucro a disposição da AGO		26.945	77.303
Total do Patrimônio Líquido		**223.764**	**194.928**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LIQUIDO		**275.705**	**240.139**

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2023	Ano 2022
Receita Operacional Líquida	**20**	**88.072**	**70.616**
Receita Líquida de Serviços	20	76.437	66.998
Receita de Construção	20	11.635	3.618
Custo dos Serviços Prestados		**(47.847)**	**(35.236)**
Custo dos Serviços Portuários	21	(22.776)	(21.553)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(11.369)	(8.282)
Amortizações	23	(2.067)	(1.783)
Custo de Construção	24	(11.635)	(3.618)
Lucro Bruto		**40.225**	**35.381**
Despesas		**21.605**	**39.054**
Despesas com Pessoal	25	(14.411)	(10.367)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(4.239)	(3.691)
Outras Despesas	27	(3.108)	(7.001)
Outras Receitas		153	204
Créditos Tributários		-	59.909
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		**18.620**	**74.435**
Resultado Financeiro		**22.722**	**30.997**
Receitas Financeiras	28	22.767	31.087
Despesas Financeiras		(45)	(90)
Resultado Antes dos Tributos		**41.342**	**105.432**
Tributos Sobre o Lucro	**29**	**(3.525)**	**(2.361)**
Contribuição Social		(3.525)	(2.361)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**37.817**	**103.071**
Lucro por Ação (Em Reais)		**R$ 0,38**	**R$ 1,06**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2021	**50**	**10**	**107.904**	**9.661**	**-**	**-**	**117.625**
Destinação para Reservas	-	-	9.661	(9.661)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	103.071	-	103.071
Dividendos Propostos					(25.768)		(25.768)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	77.303	(77.303)	-	-
Saldo em 31.12.2022	**50**	**10**	**117.565**	**77.303**	**-**	**-**	**194.928**
Destinação para Reservas	-	-	77.303	(77.303)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	37.817	-	37.817
Constituição de Reserva Legal	-	1.891	-	-	(1.891)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(8.981)	-	(8.981)
Aumento de Capital Social	97.379	-	(97.379)	-	-	-	-
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	26.945	(26.945)	-	-
Saldo em 31.12.2023	**97.429**	**1.901**	**97.489**	**26.945**	**-**	**-**	**223.764**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2023	Ano 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	41.342	105.432
Amortizações	2.067	1.783
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(781)	(1.682)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(572)	347
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	2.340	(1.201)
(Aumento)/Redução em Estoques	(268)	(455)
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	44.831	(11.082)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar LP	3.443	(42.079)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	11	408
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(142)	(1.357)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	1.487	177
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(6.577)	6.560
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	2.969	(33.569)
Provisão de Contribuição Social	(3.525)	(2.361)
Fluxo de Caixa Gerado	**86.625**	**20.921**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(11.635)	(3.618)
Fluxo de Caixa Aplicado	**(11.635)**	**(3.618)**
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	**111.422**	**94.119**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**74.990**	**17.303**
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	**186.412**	**111.422**

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2023	Ano 2022
Receita Gerada	**100.775**	**81.750**
Receita de Serviços Prestados	89.140	78.132
Receita de Construção	11.635	3.618

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

CONTINUA ›

CONTINUAÇÃO ›

Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	**(43.859)**	**(37.812)**
Serviços de Terceiros	(18.411)	(16.268)
Energia Elétrica Consumida	(1.276)	(1.423)
Outros Insumos	(12.537)	(16.503)
Custo de Construção	(11.635)	(3.618)
Valor Adicionado Bruto	**56.916**	**43.938**
Depreciação e Amortização	(2.067)	(1.783)
Valor Adicionado Líquido	**54.849**	**42.155**
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	23.877	31.087
Valor Adicionado a Distribuir	**78.726**	**73.242**
Pessoal e Encargos	**25.780**	**18.629**
Remuneração Direta	20.274	14.436
Fundo de Garantia	1.212	855
Benefícios	4.294	3.338
Impostos, Taxas e Contribuições	**15.084**	**(48.548)**
Federais	10.627	(52.455)
Municipais	4.457	3.907
Remuneração de Capitais de Terceiros	**45**	**90**
Despesas Financeiras	45	90
Remuneração do Capital Próprio	**37.817**	**103.071**
Lucros Retidos para os Acionistas	9.454	25.768
Lucros Retidos em Reservas	28.363	77.303

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito especifico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao Estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 19 de março de 2024.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) Ativo Intangível e 3.4) Receita de construção e custo de construção.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações), juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas de contratos de arrendamento e tarifas de natureza pública. As tarifas públicas são aquelas previstas na Tabela de Tarifas do Porto de Imbituba, aprovadas pelo Acórdão n. 435/2022 ANTAQ, sendo assim compreendidas: Tabela I (Infraestrutura de Acesso Aquaviário), remunerado pelo porte dos navios atracados no Porto, aferido pela tonelagem porte bruto da embarcação; Tabela II (Instalações de Acostagem), remunerado pela dimensão da embarcação e tempo de permanência atracado; Tabela III (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), remunerado pela quantidade em toneladas de carga movimentada; Tabela V (Utilização de Infraestrutura de Armazenagem), remunerado pelo tempo de estadia de cargas nos armazéns públicos; Tabela VII (Diversos Padronizados), o qual compreende a utilização de serviços e insumos fornecidos pela Autoridade Portuária; Tabela VIII (Uso Temporário e Arrendamento Simplificado), e Tabela IX (Complementares). Já as receitas decorrentes de contratos de arrendamento compreendem: Outorga Fixa: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado de área disponibilizada; f)Receita Operacional de Arrendamentos: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres movimentados; g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos "take-or-pay".

3.4 Receita de construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A Companhia não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são os saldos a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representadas pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerados em média de 75% a 100% da variação da CDI.

	31/12/2023	31/12/2022
Bens Numerários disponível em Caixa	5	2
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	186.407	111.420
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**186.412**	**111.422**

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos às receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observadas ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer em até 30 dias	4.794	4.013
Saldo a receber Take or Pay TECON **[a]**	154.034	107.238
(-) Suspensão Judicial TECON **[a]**	(154.034)	(107.238)
Total	**4.794**	**4.013**

a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01-3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula takeorpayjunto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual contrapartida registrada em conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Na nota explicativa 31.4 é apresentando com maior ênfase o detalhamento desta lide.

6. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representavam os valores decorrentes do Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras. Considerando os efeitos da Imunidade Tributária Recíproca obtido pela Companhia, os valores previstos de retenções em aplicações financeiras não serão mais realizados ao longo do tempo.

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/12/2023	31/12/2022
Material de Expediente	29	26
Material de Limpeza	35	42
Material de Manutenção Civil	386	313
Material de Manutenção Elétrica	870	556
Material de Manutenção Tecnológica	163	277
Material de Saúde e ST	62	63
Total	**1.545**	**1.277**

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela Companhia foi resgatada em 31 de maio de 2023, decorrente de execução da Ação Declaratória em face da União Federal n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4º Região, em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca do Imposto de Renda.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Regulatórios	490	490
Depósitos Judiciais Trabalhistas	271	305
Depósitos Judiciais Tributários	103	103
Depósitos Recursais	27	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	-	37.705
Atualização – Depósito Judicial Imposto de Renda	-	7.082
Total	**891**	**45.722**

9. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam os valores decorrentes de imposto de renda pago indevidamente pela Companhia e devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4º Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo o período de dezembro/2012 a março/2018. Os valores estão sendo compensados por tributos de natureza federal, nos termos da legislação vigente.

	31/12/2023	31/12/2022
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	23.615	28.365
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	15.021	13.714
Total	**38.636**	**42.079**

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(954)	2.189	5 %

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

CONTINUA ›

Infraestrutura de Acostagem	7.059	(2.012)	5.047	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.513	(3.385)	7.128	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.574	(880)	1.694	5 %
Equipamentos Portuários	5.556	(617)	4.939	5 %
Administração	11.407	(2.605)	8.802	5 %
Obras em Andamento	12.839	-	12.839	5 %
Outros Ativos Intangíveis	141	(85)	56	15 %
Total	**53.232**	**(10.538)**	**42.694**	**5 %**

O quadro a seguir demonstra as adições ao ativo intangível no curso do ano corrente:

Ativo Intangível				
	Saldo 2022	**Adições**	**Alienações**	**Saldo 2023**
Infraestrutura Marítima	3.143	-	-	3.143
Infraestrutura de Acostagem	7.059	-	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	10.513	-	-	10.513
Infraestrutura Armazenagem	2.573	-	-	2.573
Equipamentos Portuários	1.466	4.090	-	5.556
Administração	10.834	573	-	11.407
Obras em Andamento	5.865	6.974	-	12.839
Outros Ativos Intangíveis	141	-	-	141
Total	**41.594**	**11.638**	**-**	**53.232**

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos pela Companhia, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes na data das demonstrações financeiras.

12. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Imposto sobre Serviço	350	309
PIS e COFINS	531	1.386
Imposto de Renda e Contribuição Social	748	189
Tributos Retidos	408	296
Total	**2.037**	**2.180**

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Obrigações com Pessoal	1.515	1.081
Obrigações Previdenciárias	539	412
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.391	1.464
Total	**4.445**	**2.957**

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A.

	2023	**2022**
Dividendos devidos no início do exercício social	31.584	5.816
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	8.981	25.768
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	**40.565**	**31.584**

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, sendo que a parcela mais relevante é compreendida pelas alterações produzidas pela União no segundo termo aditivo do contrato de arrendamento S/N nos autos do processo 50300.008257/2018-31.

	2023	**2022**
Reequilíbrio Contratual Processo n. 50300.008257/2018-31	-	6.577
Garantias Contratuais	135	135
Saldo no Final do Exercício	**135**	**6.712**

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Ação Federal n. 5004763-82.2021.4.04.7207	136	136
Ação Federal n. 5008554-59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Federal n. 5000331-27.2020.4.04.7216	24	-
Ação Cível n. 0009785-15.2016.8.24.0023	3.000	-
Ação Cível n. 0302632-02.2014.8.24.0030	-	20
Ação Trabalhista n. 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista n. 0001308-20.2019.5.12.0043	295	295
Ação Trabalhista n. 0000906-07.2017.5.12.0043	-	35
Ação Trabalhista n. 0000609-08.2018.5.12.0029	63	63
Ação Trabalhista n. 0000485-46.2019.5.12.0043	95	95
Ação Trabalhista n. 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	**3.762**	**793**

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. em 26 de dezembro de 2012 no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976. Em 19 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, ficou deliberado pelo aumento do capital social da companhia, mediante incorporação do saldo contido em Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei 6.404 de 1976 e Acórdão ANTAQ n. 373-2022 ao valor total de R$ 97.429.387,89 (Noventa e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos). O detalhamento do Capital Social é apresentado no quadro a seguir:

	2023	**2022**
Capital Social por Subscrição dos Acionistas	50	50
Capital Social por Incorporação de Reservas de Lucros	97.379	-
Saldo no Final do Exercício	**97.429**	**50**

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, incluído pelo Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, apresenta-se o detalhamento da Receita Liquida da Companhia:

	2023	**2022**
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	140.869	125.274
Receita Bruta de Construção [b]	11.635	3.618
(-) Cancelamentos por Determinação Judicial [c]	(46.795)	(43.088)
(-) Desconto e Premiações [d]	(4.934)	(4.054)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [e]	(12.703)	(11.134)
Receita Operacional Líquida	**88.072**	**70.616**

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	2023	**2022**
Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	15.482	11.763
Tabela II - Infraestrutura de Acostagem	14.206	13.472
Tabela III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	24.814	17.633
Tabela V - Infraestrutura de Armazenagem	837	280
Tabela VII - Diversos Padronizados	3.447	1.239
Tabela IX – Complementares	493	1.703
Arrendamento Fixo	10.701	11.339
Arrendamento Variável	22.978	24.405
Arrendamento TakeorPay	47.911	43.440
Total	**140.869**	**125.274**

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] A dedução a título de cancelamentos considera a decisão judicial referente a suspensão em medida liminar ajuizada pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A. nos autos do processo 1032707-38.2020.4.01.0000, conforme melhor se detalha na nota explicativa 34.4.

[d] Representa os descontos concedidos nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente na Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário.

[e] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 5,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia está apresentado a seguir:

	2023	**2022**
Consumo de Energia Elétrica	1.276	1.424
Custos com Serviços Ambientais	681	231
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	6.275	7.171
Custos com Serviços de Limpeza da Área Portuária	1.432	1.328
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	1.324	1.591
Custos com Serviços de Segurança Portuária	3.909	3.225
Custos com Serviços de Terceiros	4.790	2.721
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	807	1.720
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	1.823	2.304
Custos com Manutenção em Geral	1.783	1.185
Outros Custos	929	787
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(2.253)	(2.134)
Total	**22.776**	**21.553**

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	2023	**2022**
Salários e Ordenados	5.478	4.204
Encargos Sociais	2.394	1.715
Provisões de 13º Salário e Férias	1.462	797
Benefícios	2.035	1.566
Total	**11.369**	**8.282**

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia:

	2023	**2022**
Amortização Infraestrutura Marítima	157	157
Amortização Infraestrutura Acostagem	361	347
Amortização Infraestrutura Terrestre	510	500
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	126	121
Amortização de Outros Ativos	913	658
Total	**2.067**	**1.783**

24. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de administração da Companhia, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	2023	**2022**
Salários e Ordenados	6.248	4.588
Remuneração da Administração	1.716	1.091

CONTINUAÇÃO ›

Encargos Sociais	2.803	1.992
Provisões de 13º Salário e Férias	1.386	924
Benefícios	2.258	1.772
Total	**14.411**	**10.367**

26. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Serviços de Terceiros	2.773	2.415
Consumo de Materiais	771	374
Publicações e Propagandas	517	443
Outras Despesas	178	459
Total	**4.239**	**3.691**

27. Outras Despesas

Em 2022, a quantia de maior expressão refere-se ao reconhecimento contábil das alterações produzidas pelo reequilíbrio de contrato de arrendamentojunto aos autos do processo n. 50300.008257/2018-3, enquanto que no exercício de 2023, a parcela de maior relevância corresponde ao reconhecimento de provisão de perda provável junto ao processo n. 0009785-15.2016.8.24.0023 no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme detalhamento:

	2023	2022
Ressarcimento Processo 50300.008257/2018-31	30	6.577
Contingências de Natureza Trabalhista e Cível	3.054	48
Contingências de Natureza Regulatória	24	376
Saldo no Final do Exercício	**3.108**	**7.001**

28. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, segregados conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	18.152	11.675
Atualização Selic Sobre Depósito Judicial IRPJ	423	7.082
Atualização Selic sobre Repetição Indébito IRPJ	5.277	13.714
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(1.110)	(1.515)
Juros e Multas recebidas	24	130
Outras Receitas Financeiras	1	1
Total	**22.767**	**31.087**

29. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4º Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real:

	2023	2022
Resultado antes dos Tributos	41.342	105.432
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	3.521	652
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(5.701)	(79.857)
(=) Base de Cálculo da CSLL	39.162	26.227
Devido de Contribuição Social a alíquota de 9%	**3.525**	**2.361**

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

As adições de despesas não dedutíveis correspondem a constituição de provisões para contingências, bem como a atualização destas quantias no passivo não circulante. Constam também como despesas não dedutíveis os valores de doações a entidades e demais despesas não reconhecidas como indedutíveis na apuração dos tributos sobre o lucro. No que se refere às exclusões, estas correspondem a atualização de valores depositados judicialmente e a reversão de provisões para contingências registradas no passivo não circulante da Companhia.

30. Gestão de Riscos Financeiros

30.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, sobre as quais se fundamentam as decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

30.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas especificas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa.

30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da Diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 6 (seis) processos de natureza regulatória, sendo que a Companhia julga de perda provável os processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71, representando uma possível perda de R$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) a Companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de aproximadamente R$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expoente no valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) referente ao processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

31.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 10 processos de natureza trabalhista, assim considerados de perda possível ou provável, assim divididos: a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as ações 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906- 07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485- 46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043; b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191- 91.2019.5.12.0043. c) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, devemos considerar, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão atacadas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

31.3 Suspensão de cláusula takeorpay do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade takeorpay nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.4 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula takeorpay contrato de arrendamento TECON

A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação em pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R$ 40 (quarenta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MM em contrato com cláusula "takeorpay". Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. O deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

31.5 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula takeorpay contrato de arrendamento TECON

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos à cláusula takeorpay do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em discussão correspondem a aproximadamente R$ 30.000.000,00 (trinta milhões). A discussão presente aos autos do processo n. 0009785- 15.2016.8.24.0023 refere-se à titularidade dos valores devidos contratualmente pela arrendatária em relação ao ano de 2012, início do Convênio de Delegação a SCPar Porto de Imbituba S.A. ou se as quantias seriam devidas a antiga concessionária Companhia Docas de Imbituba. Já houve sentença em 1º e 2º grau em desfavor da SCPar Porto de Imbituba S.A. Desta forma, em caso da manutenção das respectivas decisões, a empresa seria condenada as verbas sucumbenciais devidas, estimadas em 10% do valor da respectiva ação, totalizando aproximadamente R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). A companhia julga de perda provável a condenação em sucumbência, motivo pelo qual reconheceu tais valores em seus resultados.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 14 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Liberty Seguros, cuja vigência compreende o período de 15 de maio de 2023 a 15 de maio de 2024, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais) com valor em risco total da apólice de R$ 547.484.511,90 (Quinhentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e noventa centavos), nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 17-93.2023.0000291.

36. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 19 de março de 2024.

Urbano Lopes de Sousa Netto
Diretor Presidente
CPF: 028.234.131-54

Alexandre Pinter
Diretor de Gestão e Finanças
CPF: 031.652.849-89

Izabel da Fonseca Cavalcante
Diretora de Planejamento e Compliance
CPF: 032.855.319-08

José João Tavares
Diretor de Planejamento e Operações
CPF: 215.989.409-53

Cristiano Lopes de Oliveira
Diretor Jurídico
CPF: 023.339.759-03

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada no dia 25/4/2024.

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do jornal Diário do Sul acesse também através do link https://www.diariodosul.com.br/publicacoes_legais